

Câmara Municipal de Rio Claro

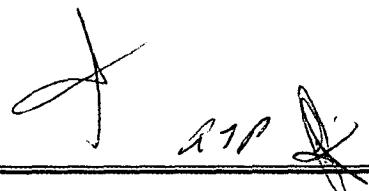
Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 15/2022 – PROCESSO Nº 16066-384-22.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2022, de autoria da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças desta Casa Legislativa, que dispõe sobre as contas da Prefeitura Municipal de Rio Claro referente ao exercício de 2019.

Preliminarmente, esta Procuradoria ressalta que não lhe cabe tecer Parecer Jurídico a respeito do teor contido no Projeto de Decreto Legislativo em apreço, ou seja, analisar as contas do exercício financeiro de 2019, mas unicamente sobre a legalidade do seu processamento.

Quanto ao mérito, esta Procuradoria transcreve o disposto na Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro):

Handwritten signature and initials, possibly 'A1P', in the bottom right corner of the page.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

“Artigo 195 – Recebido o parecer do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara encaminhá-lo-á à Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e finanças, que terá o prazo de 60 (sessenta) dias para emitir parecer, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo”.

A Lei Orgânica do Município de Rio Claro determina que o controle externo do Poder Executivo municipal é feito pela Câmara Municipal:

“Artigo 65 – O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, cabendo-lhe:

I - apreciar as contas anualmente prestadas pelo Poder Executivo, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento”.

Neste mesmo sentido, mas em âmbito Federal, temos o artigo 49, inciso IX, da Carta Magna.

A propósito, ensina o saudoso jurista Hely Lopes Meirelles:

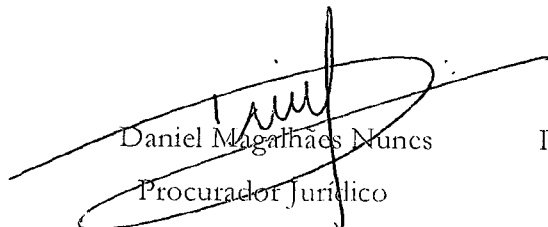
“As contas já chegarão à Edilidade com o parecer do Tribunal ou do órgão equivalente, facilitando, assim, a apreciação e julgamento do plenário, que após a votação na forma regimental, consubstanciará a deliberação concernente às do Prefeito em decreto legislativo, e às do presidente da mesa em resolução”. (Direito Municipal Brasileiro, 12ª Edição, página 651).

Câmara Municipal de Rio Claro


Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende pela legalidade do processamento relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2022.

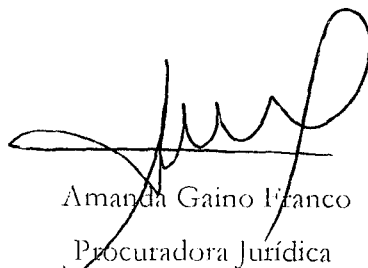
Rio Claro, 07 de junho de 2022.



Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Pentead
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624



Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/2022

PROCESSO Nº 16066-384-22

PARECER Nº 067/2022

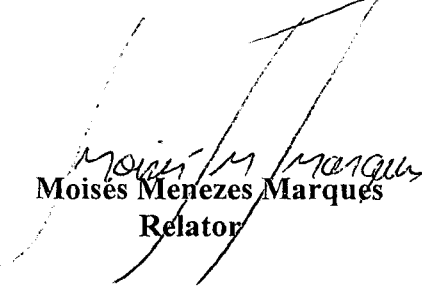
O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria da **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS**, que “Dispõe sobre as contas da Prefeitura Municipal de Rio Claro, referente ao exercício de 2019”.

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, após analisar o Parecer da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, que decidiu no sentido da Legalidade do processamento relativo ao Projeto de Decreto Legislativo Nº 15/2022, opina para **DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO** o respectivo DECRETO LEGISLATIVO, que deverá ser analisado e votado pelos dignos Vereadores da Casa Legislativa, juntamente com os documentos apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Rio Claro, 13 de junho de 2022.



Pr. Diego Garcia Gonzalez
Presidente



Moisés Menezes Marques
Relator

Dermeval Nevoeiro Demarchi
Membro

CÂMARA SECRETARIA

14JUN2022 16:54

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO

Nas condições de **Presidente, Relator e Membro da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças** desta Edilidade, declaramos que recebemos da Secretaria da Casa, cópia digital na íntegra através do seguinte link de acesso:


https://drive.google.com/file/d/1M8P9yq-fyeb5_qq9X54TfdHh1JQe-l80/view?usp=sharing

Para acessar:

- Baixar arquivo zipado;
- Entrar na pasta **4982989196**;
- Acessar arquivo "index".

Referente: Processo do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Unidade Regional de Araras - UR.10), das contas da Prefeitura Municipal de Rio Claro, relativas ao exercício de 2019.

Rio Claro, 16 de maio de 2022.


ADRIANO LA TORRE
Presidente


GERALDO LUIS DE MORAES
Relator


PAULO MARCOS GUEDES
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Rio Claro, 18 de maio de 2022.

Ofício CAEO nº 003/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Como Presidente da **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS**, solicito a Vossa Excelência que notifique ao Senhor **JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR**, Prefeito Municipal no período de 2017 à 2020, para que o mesmo apresente **DEFESA** própria ou por procuração em 10(dez) dias corridos do recebimento desta, junto à esta Comissão, em função de ter tido suas contas julgadas **DESAVORÁVEIS** junto ao Tribunal de Contas referente ao Ano de 2019, conforme documentos anexos, lembrando que a Câmara Municipal de Rio Claro não tem mais o recesso parlamentar no meio do ano, não suspendendo assim o andamento dos prazos no mês de julho.

No aguardo de breve resposta, subscrevo-me.



ADRIANO LA TORRE (Progressistas)

Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças



JEZER VALADARES
Chefe de Gabinete Presidência
18/05/2022

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
DD. Presidente da Câmara Municipal
Rio Claro – SP.

CÂMARA SECRETARIA

18MAI2022 16:14

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Rio Claro, 19 de maio de 2022.

Ofício do Gabinete da Presidência nº 034/2021

CÓPIA

Ao Excelentíssimo Senhor,


João Teixeira Júnior

Prefeito Municipal no período de 2017 à 2020.

Como Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro, notifico a Vossa Excelência, Sr. **JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR**, Prefeito Municipal no período de 2017 à 2020, para que apresente **DEFESA** própria ou por procuração em 10 (dez) dias corridos do recebimento desta, junto à esta Casa de Leis, em especial **A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças**, em função de ter tido suas contas julgadas **IRREGULARES** junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente ao Ano de 2019, conforme documentos anexos, lembrando que a Câmara Municipal de Rio Claro não tem mais o recesso parlamentar no meio do ano, não suspendendo assim o andamento dos prazos no mês de julho.

Sem mais para o momento e no aguardo de uma resposta, subscrevo-me com protesto de consideração.


José Pereira dos Santos
Presidente Câmara Municipal de Rio Claro


336769416
558 03/057
95

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Rio Claro, 15 de junho de 2022.

Ofício do Gabinete da Presidência nº 041/2022

Ao Excelentíssimo Senhor,
João Teixeira Júnior
Prefeito Municipal no período de 2017 à 2020.

Como Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro, informo a Vossa Excelência, Sr. JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR, Prefeito Municipal no período de 2017 à 2020, que o **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/2022**, que "Dispõe sobre as contas da Prefeitura Municipal de Rio Claro, referente ao exercício de 2019", estará na pauta de votação da Sessão Ordinária no dia 27 de junho do corrente ano, às 17:30 horas, dando o direito do mesmo ou um representante legal devidamente qualificado, se manifestar em Plenário pelo prazo de 20 (vinte) minutos, com apartes, conforme artigo 164, inciso IV, alínea F, do Regimento Interno, na discussão do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sem mais para o momento subscrevo-me com protesto de consideração.

Cordialmente,


José Pereira dos Santos
Presidente Câmara Municipal de Rio Claro

Ass.:

RG:

Data:

33676941-6 15/06/2022